

O SR. FABIO SANTORO - Sim, investigações particulares nós não fizemos, até porque nós estamos aguardando as conclusões que as pessoas envolvidas diretamente, mais qualificadas, ainda não nos apresentaram.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Então, vocês não concluem que foi erro do gerador.

O SR. FABIO SANTORO - É, existem alguns fenômenos de natureza processual. Tem vários fenômenos que vão concorrer com o funcionamento do gerador. A gente não sabe, posso citar aqui, pode ter, por exemplo, flutuações da rede de energia. Elas podem modificar com carga e sobrecarga, podem modificar o funcionamento do gerador. Ai, eu não estou qualificado para falar sobre isso. A gente precisa ouvir primeiro uma definição final, que é pericial, e a gente não tem.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Era aí que eu queria chegar. Vocês admitem a possibilidade, por exemplo, de isso ter acontecido, gerador é responsabilização da empresa de manutenção? Porque esse gerador tinha que prever disjuntor, sobrecarga. É óbvio que o gerador tem que prever, porque qualquer rede elétrica é, ao mesmo tempo, ida e volta. Então, assim, ele tem algum equipamento de proteção para esse tipo de sobrecarga, tem filtro de linha necessariamente. Então, se alguma coisa não deu errado, eu queria que você me dissesse.

O SR. FABIO SANTORO - Respondendo, então. Todas essas colocações foram pensadas no nosso grupo de estudo em relação ao que poderia estar acontecendo, só que a gente não quer se pronunciar porque essa empresa de gerador é uma parceira de muitos anos e a gente não vai apresentar...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E ela faz a manutenção de toda a Rede D'Or.

O SR. FABIO SANTORO - Não saberia dizer, porque a gente tem gestões independentes nas estratégias dos hospitais. A nossa tem uma gestão independente.

A gente não vai colocar na mesa um padrão de discussão sem ter uma formalização e uma finalização da apresentação do laudo pericial. A partir disso, a gente, na verdade, vai desdobrar com as ações que são, convocando os envolvidos diretamente qualificados por essa conclusão pericial. Senão, a gente perde tempo, perde energia e a gente não tem essa resposta ainda.

Certamente, é um fenômeno complexo porque nós recebemos precocemente, continuamente, por mais de uma visita, lidos analisando o cenário, a estrutura, o entorno, as complicações, o equipamento, a qualidade do equipamento, a potência, a sua capacidade de geração. Então, a gente tem que, nesse momento, declinar comentar ou falar qualquer coisa, porque senão a gente estaria passando por cima de um laudo pericial que não foi formalizado.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Com relação à assistência às famílias, como isso foi feito, a assistência, tentativas de acordos, como ficam essas pessoas?

O SR. FABIO SANTORO - Sobre isso, eu posso falar bastante. Antes de mais nada, eu queria caracterizar o seguinte: a situação que ocorreu certamente foi uma catástrofe. Acabei repetindo, porque isso já foi falado nesta Comissão momentos antes. Dentro do prédio, circulavam mais de 400 pessoas, mais precisamente 430 pessoas. O Hospital tinha uma capacidade instalada ocupada em torno de 100 pacientes internados. Alguns saíram por meios próprios, 89, a equipe do bombeiro se envolveu na evacuação dos casos. Lembrando que lá você tem pacientes de diferentes qualificações.

Eu estava acompanhando antes de chegar aqui, porque tem um trânsito bastante intenso do lado de fora, acompanhando as palavras da equipe do Corpo de Bombeiros, dos representantes, do Coronel, que falou muito propriamente em relação à gravidade, classificação, dificuldade de mobilização desses pacientes. Eles são pacientes, não andam por meios próprios, não caminham com facilidade.

O Hospital Badim é marcado por estar numa zona do Rio de Janeiro, em que a faixa etária média do entorno - e a nossa principal clientela é a população do entorno - é uma população, em geral, de idade um pouco mais avançada. Não é um Hospital que tem pediatria, ginecologia, obstetrícia. Cirurgias estão relacionadas a clientes de faixa etária um pouco mais avançada. Esses clientes têm condições clínicas delicadas, muitas vezes.

Mas dentro desse cenário, havia 430... O levantamento que a gente fez entre visitantes, profissionais trabalhando, acompanhantes, circulantes e pacientes, havia mais de 400 pessoas. A maior parte saiu por meios próprios; outra, esses 89, teve o envolvimento direto do bombeiro; e uma massa pequena deles, um número pequeno permaneceu diante de fenômenos de natureza clínica ou impedimentos de circulação dentro da estrutura, como a gente está vendo o depoimento das pessoas etc.

Primeiro, isso é uma catástrofe, precisávamos nos organizar. Tivemos o apoio da Defesa Civil, das estruturas públicas, dos hospitais privados etc. Já conversamos sobre isso na Comissão de Saúde há pouco tempo. Num primeiro momento, havia aqueles casos que eram óbitos imediatos, poderiam ou não ser pacientes. Poderia ser um familiar, um acompanhante que veio a falecer pela inalação da fumaça. É uma catástrofe, uma situação crítica. A primeira abordagem esteve relacionada a essas famílias em que já estava declarado o óbito. Foram dez, imediatamente, e houve um décimo primeiro caso, ao todo onze no primeiro momento. A primeira coisa é abordar essas famílias. Era um fim de semana, as famílias que estavam aguardando a finalização das informações sobre a questão médico-legal ligada ao IML. Nós colocamos um grupo dentro do Hospital, numa sala específica, que foi o gabinete de crise, com a instituição de um sistema de e-mail e WhatsApp para nos comunicarmos com todas as famílias, não só dos casos de óbitos, mas também dos casos que haviam sido transferidos para outros hospitais.

O Hospital tem uma massa de profissionais que não estaria trabalhando. Parlamento que nós fizemos foi pegar todo o grupo de médicos e distribuir naqueles hospitais que receberam os casos.

O Hospital que mais recebeu casos foi o Quinta D'Or, por uma questão de proximidade e disponibilidade de leitos. Numa estratégia de gravidade, você observa quem tem condição de receber e quem tem o número de leitos que possa receber uma massa tão grande de pacientes e não pacientes, porque havia outros casos que não eram pacientes, não estavam internados, estavam em visita, acompanhamento etc., então, uma parte foi para esse Hospital; outra parte foi para o Hospital Israelita; um número menor de pacientes foi distribuído em outros hospitais onde havia leitos disponíveis.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E vocês pagaram isso tudo.

O SR. FABIO SANTORO - Então, esses pacientes foram transferidos em caráter de utilização dos seus convênios.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Em casos particulares?

O SR. FABIO SANTORO - Mas... Posso citar um exemplo, não vou citar nominalmente a cliente, ela foi transferida para uma casa de saúde na zona sul, e não há correlação entre o que ela pode e a oferta em termos de plano de saúde que a casa de saúde dispõe. Então, esse caso, ela permaneceu internada totalmente em caráter privado, em que o Hospital está responsabilizado a oferecer e pagar por isso, nesse momento que ela foi transferida para lá. Nós não nos posicionamos em transferir para outro Hospital ou retransferir o paciente. Uma vez chegando lá, se o atendimento estava adequado, assim lá o paciente permaneceu.

Eu ouvi aqui... eu peço só... Eu ouvi aqui um comentário, e esse incêndio aconteceu num momento em que hospitais da Rede D'Or que carregam a bandeira D'Or perderam o relacionamento com um convênio que é a Amil. Mas, o Hospital Badim não se desfez desse relacionamento.

Nesses casos, os pacientes permaneceram. A conduta era que eles permanecessem nos seus hospitais. Estou ouvindo uma abordagem em que, se alguém falou em nome do Hospital, que ele seria transferido, o Hospital nunca fez essa prática. Ela pode até ter acontecido. Pessoas falaram em nome do Hospital administrativamente, mas o Hospital nunca se posicionou dessa maneira. Provavelmente, a própria fonte pagadora tinha interesse de que o paciente viesse para um lugar onde ele mantinha um relacionamento e não permanecesse no lugar onde ele não mais tinha. Mas a gente nunca entrou nesse ponto de questionamento. Nós sempre mantivemos a retidão de conduzir os casos para onde eles foram transferidos.

Esse grupo de médicos, voltando à pergunta sobre como foi o suporte aos que estavam precisando de continuidade da condução durante a internação, a gente distribuiu a massa de médicos, então, a maior parte deles foi internada em unidades fechadas, que é a UTI, e nós distribuímos esses médicos numa força-tarefa em que havia uma distribuição relacionada com a carga horária que eles despendiam no Hospital, que passa a ser despendida nos hospitais-destino onde os pacientes estavam. Essa foi a medida assistencial imediata para garantir não o embate, mas um acompanhamento, e até saber como estava a questão familiar etc. Ao mesmo tempo, essa citação que houve de a assistente social, mais um grupo administrativo tentando fornecer algumas condições para facilitar esse transtorno que foi sair do Hospital Badim e ir para outro Hospital.

Vou citar alguns exemplos. No óbito, uma cliente evoluiu para óbito, à decorrência do incêndio ou da sua queimadura da via respiratória, enfim, incêndio. A família era de outro Estado e o paciente ia ser sepultado. A família nos convocou, apresentou isso, colocou nominalmente as pessoas que viriam para o sepultamento e o Hospital se encarregou de fazer as questões de honrar os valores com despesas de passagens aéreas etc. Esse é um caso de paciente que faleceu.

Outros pacientes foram transferidos alegando estarem muito distantes de seus domicílios. O Hospital também honrou com as questões de transporte e de custos diários, quer dizer, se ele vai andando para o Hospital e está indo agora para outro Hospital onde ele precisa se deslocar, os custos de transporte mais o custo de alimentação, pois ele está à distância, especialmente porque alguns casos tinham a ver com pessoas que poderiam ficar com o seu paciente, com o seu acompanhante ao longo do dia.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Posso facilitar um pouco?

O SR. - Pode, claro. Estou sendo bastante aberto.

O SR. - Todos os deputados vão querer fazer questionamentos ainda. Desses onze...

O SR. FABIO SANTORO - Inicialmente, sim. Dez mais um a seguir.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Desses onze, vocês chegaram a indenizar, porque não tem que se discutir responsabilidade civil nisso, enfim, vocês chegaram a indenizar quantas dessas famílias?

O SR. FABIO SANTORO - Bom, eu posso lhe adiantar algumas questões. Alguns casos...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Você pode falar valores.

O SR. FABIO SANTORO - Claro, em alguns casos, já houve a conclusão em relação às indenizações. Existe um gabinete específico, já citado aqui, para estudar quais são, vamos dizer assim, o que é valor, o que é necessidade, isso tudo está em andamento. Alguns casos já estão fechados, houve o encerramento, são seis acordos fechados e outros dez em andamento.

Eu não poderia expor valores ou que tipo de fenômenos porque tem cláusula sigilosa nos fenômenos de acordo, acordos esses dos quais eu não participo. Porque tem o fenômeno do sigilo, está ligado ao escritório etc., as partes envolvidas, tem essa questão. Mas isso pode ser solicitado e pesquisado, mas, enfim, já foram fechados.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Só para esclarecer.

O SR. FABIO SANTORO - E se já foram fechados seis, significa que as partes estão adequadas em seus posicionamentos. Eu ouvi aqui uma citação de que não houve conclusão. Perfeitamente, então, vamos seguir o processo. Não há nenhuma irrealdade nisso. Há propostas que podem não ser aceitas, e elas vão ser... vão ser... vão continuar.

O SR. ALEXANDRE COUTINHO (?) - Não houve proposta.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Obrigado, são só esses questionamentos.

O SR. FABIO SANTORO (?) - Ok. Não houve proposta. Então.

O SR. ALEXANDRE COUTINHO (?) - Não houve proposta por parte do Hospital, me levou até essa conciliação e, simplesmente, não me fez proposta nenhuma. Só queria me ouvir. Não entendi o porquê.

O SR. FABIO SANTORO(?) - Na mediação, é entendendo a verdade qual o cenário, a gente tem feito isso também.

O SR. ALEXANDRE COUTINHO (?) - Passamos algum tempo já, estamos aqui hoje. Por exemplo.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Pela Ordem, Sr. Presidente, os questionamentos não são entre as partes numa Audiência Pública, se faz à Presidência e a Presidência transmite ou não transmite.

O SR. ALEXANDRE COUTINHO (?) - Eu peço desculpas em ter respondido diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu vou continuar aqui. Vou pedir ao Sr. Alexandre, caso tenha algum questionamento, o Senhor passa para a Secretaria da Comissão, que a gente repassa e faz ao Hospital.

Gostaria, se me permitem, voltar a alguns temas que me causam ainda dúvidas, e aí, eu conto até ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro se tiver algum entendimento errado da minha parte, por favor, vocês têm a permissão de me corrigir.

Os senhores, quando chegaram ao local e começaram a fazer os atendimentos, pelo que eu pude entender, inclusive dos relatos aqui, não existia um treinamento prévio das equipes do Hospital Badim, para as situações de incêndio: brigada de incêndio ou uma equipe preparada para isso, inclusive, até em cima de relatos que os próprios familiares das vítimas nos falaram. Os Senhores tiveram alguma informação com relação a isso?

O SR. - Deputado, como eu disse, nós não tivemos a oportunidade de constatar se havia brigada treinada ou se havia própria brigada. Nós chegamos e fizemos o nosso trabalho e não tivemos um contato prévio ou concomitante com o nosso trabalho e com nenhum tipo de brigadista. Nós tivemos, sim, um trabalho em conjunto com os funcionários do Hospital. O que foi muito efetivo e nos auxiliou muito, porque ninguém melhor do que ele para conhecer as dependências daquela edificação.

Mas com relação à brigadista profissional, nós não tivemos esse contato: bombeiros civis, como todos conhecem. Nós não tivemos contato com nenhum tipo bombeiro civil, então, nós não podemos constatar se havia um treinamento, se eles eram treinados, qual a capacidade técnica tanto dos brigadistas civis, se é que existiam ou da brigada orgânica, que é constituída pelos funcionários dos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Existe alguma legislação, alguma portaria do Corpo de Bombeiros que obrigue uma instalação como um Hospital ter uma brigada ou ter uma equipe preparada? Tive uma portaria específica do Corpo de Bombeiros. Não vai entrar no mérito do Ministério do Trabalho, legislações estaduais, federais, uma portaria do Corpo de Bombeiros.

O SR. - Com relação à exigência, tem sim, mas não é um tempo de aplicabilidade direto ao caso concreto, aí me recordo que é o Decreto 35.671. Salvo engano, é de 2004, e ele para determinadas características ocupacionais, estruturais, essa medida de bombeiro, profissão civil é uma medida aplicável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Era o caso?

O SR. - Não. Não era o caso, não Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Uma outra questão que eu peço também ajuda ao Inspetor Igor e à Dra. Carina. A gente teve um relato: o Corpo de Bombeiros relatou que não fez uma inspeção com relação a novas obras, modernização do Hospital Badim, tendo em vista que não foi requisitado a tal, e por isso, acaba complementando o que a Dra. Carina bem colocou, que após essas obras não tinham um certificado do Corpo de Bombeiros para a instalação estar ali em funcionamento.

Por outro lado, o Hospital Badim alega que tinha. Então, só estou tentando entender aqui qual é o ponto colocado de cada um que faz entender que tem, que não tem e que não teve vistoria. Porque, veja, são três pontos distintos. Um ponto é que não tem; outro ponto é que não tem por que não vou provocado a ter e outro ponto é temos.

Então, vou passar a palavra novamente para a Dra. Carina e depois para o Corpo de Bombeiros e aí para o Hospital. Não estou querendo fazer uma acareação, mas estamos aqui em busca da verdade, e o momento oportuno é esse de entendermos, de fato, se existe ou se não existe a habilitação disso. Talvez tenha sido um erro de nossa parte...

O SR. RODRIGO AMORIM - Excelente, Sr. Presidente. Oportuna a intervenção de V.Exa., porque essa dúvida também é minha e quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Talvez tenha sido um erro de nossa parte também não ter convidado a Defesa Civil do município para entendermos a questão estrutural entre esses prédios, um outro e no meio tem um prédio residencial. E depois vou até seguir se o Badim fez algum investimento nesse prédio, inclusive junto aos moradores daquele local. Dra. Carina, por favor, se a senhora quiser responder... E depois, se a senhora quiser encaminhar outra pergunta para a Comissão e nós passarmos, fique à vontade.

A SRA. CARINA BASTOS - Tenho juntado aqui nos autos um depoimento e ele afirma que foram feitas várias vezes inspeções com relação a ... Ele é o representante legal da Hidro Sistemas Contra Incêndio. E, com relação a essa aprovação do Corpo de Bombeiros, ele fala que foi o projeto submetido ao Corpo de Bombeiros em 2017, e foi indeferido. E, em 2018, novamente indeferido e gerou uma consulta para o Corpo de Bombeiros esse indeferimento.

Então, com relação a essa obra, para indenização, não consta aqui para nós que tenha uma licença, uma autorização. Até agora, estou nessa dúvida. Até porque, o outro certificado que eu tenho aqui, foto do inquérito, dizem que está indeferido. Então, para mim, o que consta é que não tem...

O SR. - Essa Hidro Sistema é a empresa que fez o projeto estrutural da reforma?

A SRA. CARINA BASTOS - É. Ele até acho que largou, desistiu de atuar porque era indeferido e não foi feita a reforma cumprindo a exigência.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Temos alguma informação se, depois, alguma outra empresa conseguiu o indeferimento?

A SRA. CARINA BASTOS - Não. Não temos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Por favor.

O SR. CORONEL SARMENTO - Só tentar um esclarecimento.

Parece que não está sendo muito clara essa questão de certificado de aprovação. Pelo que nos consta, existiam dois certificados de aprovação. Um, de 2000, em função do projeto aprovado de 98, e o novo, do prédio novo, que não contempla interesse do prédio antigo. Nós possuímos aqui e vamos pedir que o senhor peça realmente, para que fique mais documentado. Nós já temos ele aqui em posse. Então, o que talvez não esteja ficando bem claro é que o antigo talvez não tenha sido atualizado. Para ser de forma bem fácil o entendimento, nós usamos denominações diferentes, que eu vou pedir para o coronel Polito explicar. O que faltou foi uma modernização, digamos assim, desse certificado de aprovação de 2000.

A partir do momento que o senhor faz modificações naquela edificação, ou seja, onde era - estou aqui criando hipótese, que eu não sei se é fato -, onde era o gerador do triângulo, foi para o subsolo; onde eram dez leitos, viraram vinte. Essas modificações devem ser apresentadas ao Corpo de Bombeiros, para que avaliemos o projeto, e aí sim seja emitido um novo certificado de aprovação, em função dessas movimentações.

O que me parece é que, se houve - também não posso afirmar, porque eu não sei se houve -, se houve alguma modernização de obra ou alguma coisa na edificação antiga, não houve essa atualização do certificado de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - De fato, houve, porque, se teve um indeferimento é porque teve um fato gerador. Então, aqui chegamos à conclusão de que teve um fato gerador que causou um indeferimento, tanto no ano de 2017 como 2018.

(Falas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pode ser. Mas houve esse indeferimento. O senhor quer usar a palavra?

O SR. CORONEL SARMENTO - Vou pedir para o Coronel Polito. talvez esse indeferimento tenha sido no projeto novo, a gente precisa avaliar, entendeu? No antigo talvez não tinha sido mexido.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Sim...

O SR. CORONEL SARMENTO - A partir do que foi aprovado não se mexeu mais, mesmo com as obras que possam ter acontecido.

O SR. CORONEL POLITO - Se V. Exa. permitir...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, Coronel.

O SR. CORONEL POLITO - A dinâmica realmente que foi colocada, talvez a gente não tenha sido claro o suficiente. A questão é: quando se faz uma apresentação de um projeto, aquele projeto é aceito, acatado, através de um laudo de exigências e depois ele recebe um certificado de aprovação, significa que aquelas medidas foram tomadas. No prédio antigo esse procedimento começou em 98 e no ano 2000, 2001, ele recebeu um certificado de aprovação. E o outro prédio, que é o prédio novo, que o primeiro prédio trata da numeração 388/390, o outro prédio trata de 394 até 402, a numeração do lado par da Rua São Francisco Xavier. Esse prédio novo, ele tem um laudo de exigência de 2016 e uma aprovação de junho de 2019... julho de 2019 - anterior ao incêndio, à aprovação. O que a gente relatou na ocasião da primeira pergunta de V. Exa. é que essa não provocação reside nisso que o Coronel Sarmento acabou de colocar. As atualizações, elas precisam ser objeto de análise nossa, mas através de uma provocação, que foi o termo que foi usado, do representante.

Em resumo. A gente não tem como voltar todos os dias para saber se a cama que está desse lado agora tá desse, esse tipo de coisa. Toda vez que...

(Falas paralelas)

O SR. CORONEL POLITO - ...essa modificação a gente...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E quando foi a última vistoria do bombeiro?

O SR. CORONEL POLITO - Desse último prédio, a última vistoria, pelo que tá registrado aqui, foi em 2001. Do prédio antigo. E do prédio novo em 2019. O que aconteceu? Nesse intervalo a legislação prevê que a responsável...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O de 2019 foi deferido?

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, é importante a gente...

(Falas paralelas)

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Todo dia, ninguém é onipresente...

(Falas paralelas)

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mas 19 anos?

O SR. CORONEL POLITO - A questão é, a manutenção sobre as características arquitetônicas, funcionamento dos equipamentos e tudo isso a legislação transfere para o proprietário. É claro que o Corpo de Bombeiros tem a responsabilidade e a gente faz as vistorias de acordo com... o comandante de cada área operacional, ele define estratégias de vistoria.

Deixa eu dizer... Estou falando de maneira geral, saindo até desse caso. Queimados, por exemplo, o Município de Queimados. Lá é uma área essencialmente industrial. Então o comandante da unidade tem estratégias que os pontos críticos lá normalmente são indústrias. Copacabana, são edificações multifamiliares, mistas ou multifamiliares. Então a Estratégia do comandante da área de Copacabana é para esse tipo de edificação. Na Tijuca, o comandante também tem estratégias de fiscalização que não necessariamente vai pegar todos os prédios, a gente tem um espaço amostral...

O SR. RODRIGO AMORIM - Coronel, o senhor me dá um pequeno aparte?

O SR. CORONEL POLITO - Pois não.

O SR. RODRIGO AMORIM - Que talvez, Deputado Jorge Felipe, tem uma questão acontecendo que é importante a gente desvendar aqui. ali tem o prédio que é o que a gente se refere "o prédio antigo", que é o original, o prédio original do Hospital Badim. Depois